

# SUMÁRIO

Nota do autor à terceira edição .....	9
Nota do autor à segunda edição .....	11
Nota do autor à primeira edição .....	13
Abreviaturas .....	17
<b>1 INTRODUÇÃO .....</b>	<b>37</b>
1 Considerações iniciais .....	37
1.1 O Direito Tributário e seu conceito .....	37
1.2 O Direito Tributário e as receitas públicas .....	40
1.3 O Direito Tributário e sua natureza: direito público, obrigacional e comum .....	45
1.4 O Direito Tributário e sua autonomia .....	47
I. O Direito Tributário e o Direito Constitucional .....	49
II. O Direito Tributário e o Direito Financeiro .....	49
III. O Direito Tributário e o Direito Administrativo .....	51
IV. O Direito Tributário e o Direito Penal .....	51
V. O Direito Tributário e o Direito Processual .....	52
VI. O Direito Tributário e o Direito Internacional Público .....	52
VII. O Direito Tributário e o Direito Civil .....	52
VIII. O Direito Tributário e outros ramos científicos .....	53
2 O Direito Tributário e os limites ao poder de tributar .....	54
2.1 Introdução .....	54
2.2 Limitações constitucionais ao poder de tributar .....	54
<b>2 PRINCÍPIO DA LEGALIDADE TRIBUTÁRIA .....</b>	<b>61</b>
1 Considerações iniciais .....	61

2	O tributo e as leis <i>ordinária e complementar</i> .....	64
3	A legalidade estrita .....	66
3.1	A estipulação de obrigações acessórias (art. 113, § 2º, CTN).....	69
3.2	A atualização monetária do tributo (art. 97, §§ 1º e 2º, CTN) .....	71
4	A mitigação do Princípio da Legalidade Tributária .....	72
5	O Princípio da Legalidade Tributária e a Emenda Constitucional n. 33/2001 .....	75
6	Os reflexos da EC n. 32/2001 no Princípio da Legalidade Tributária ...	77
6.1	A relevância e a urgência da medida provisória.....	83
6.2	A medida provisória e os tributos.....	84
6.2.1	A medida provisória e a incompatibilidade com a lei complementar .....	86
	(I) Quanto às matérias discriminadas no art. 146 da CF ...	87
	(II) Quanto ao ICMS.....	88
	(III) Quanto ao ITCMD .....	88
	(IV) Quanto ao ISS .....	88
	(V) Quanto à Contribuição Social .....	88

**3 PRINCÍPIO DA ANTERIORIDADE TRIBUTÁRIA ..... 91**

1	Introdução.....	91
2	O Princípio da Anterioridade e o Direito Fundamental do Contribuinte .....	93
3	O Princípio da Anualidade.....	94
4	O Princípio da Anterioridade e sua previsão na Constituição Federal de 1988.....	97
4.1	O princípio da anterioridade anual – art. 150, III, “b”, CF ...	100
4.1.1	O princípio da anterioridade anual e o art. 104 do CTN.....	101
4.2	O princípio da anterioridade nonagesimal – art. 150, III, “c”, CF .....	102
4.3	A regra geral da anterioridade e a aplicação cumulativa dos prazos – art. 150, III, “c”, parte final, CF.....	103
4.4	As exceções ao princípio da anterioridade anual .....	105
4.4.1	As exceções ao princípio da anterioridade anual e a Emenda Constitucional n. 33/2001 .....	106
4.5	As exceções ao princípio da anterioridade nonagesimal e a Emenda Constitucional n. 42/2003 .....	108
4.6	O Princípio da Anterioridade Especial para as Contribuições Social-previdenciárias.....	114
5	O Princípio da Anterioridade e os institutos jurídicos da vigência e eficácia da norma tributária.....	116
5.1	A eficácia da norma tributária .....	117
5.2	A vigência da norma tributária .....	118

6	O princípio da anterioridade tributária e a Emenda Constitucional n. 32/2001 .....	119
7	O princípio da anterioridade nonagesimal das contribuições social-previdenciárias e a medida provisória .....	128
<b>4</b>	<b>PRINCÍPIO DA ISONOMIA TRIBUTÁRIA.....</b>	<b>133</b>
1	A igualdade: considerações iniciais .....	133
2	A isonomia tributária.....	135
2.1	A isonomia tributária e a cláusula <i>pecunia non olet</i> .....	138
2.1.1	A cláusula <i>pecunia non olet</i> e a intributabilidade dos atos ilícitos.....	143
2.1.2	A cláusula <i>pecunia non olet</i> e a plena capacidade tributária passiva (art. 126, CTN) .....	144
2.1.3	A interpretação econômica .....	146
2.1.4	A cláusula <i>pecunia non olet</i> e nossa linha conclusiva .....	149
3	A capacidade contributiva: a equidade e a tributação justa.....	151
3.1	A capacidade contributiva e o mínimo vital .....	154
3.2	A capacidade contributiva e a extrafiscalidade.....	155
3.3	A capacidade contributiva e seu plano histórico .....	157
3.4	A capacidade contributiva na Carta Magna de 1988 .....	158
3.4.1	A capacidade contributiva e a exclusiva associação a impostos .....	160
3.4.2	A capacidade contributiva e a expressão “sempre que possível” .....	162
3.4.3	A capacidade contributiva e a progressividade.....	165
3.4.3.1	A progressividade no ITR.....	166
3.4.3.2	A progressividade no IR.....	166
3.4.3.3	A progressividade no IPTU .....	168
I.	Quanto à progressividade no tempo para o IPTU ..	170
II.	Quanto à progressividade fiscal do IPTU e a variação de alíquotas em razão do valor do imóvel .....	170
III.	Quanto à progressividade fiscal do IPTU e o estabelecimento de alíquotas diferentes em razão da localização e uso do imóvel.....	170
3.4.4	A capacidade contributiva e a proporcionalidade.....	179
3.4.4.1	A proporcionalidade e a regressividade no sistema tributário brasileiro.....	180
3.4.5	A capacidade contributiva e a seletividade .....	182
<b>5</b>	<b>PRINCÍPIO DA IRRETROATIVIDADE TRIBUTÁRIA .....</b>	<b>187</b>
1	Noções introdutórias .....	187
1.1	A irretroatividade tributária e a segurança jurídica .....	190
2	Os princípios da irretroatividade e anterioridade tributárias.....	191



3	O princípio da irretroatividade tributária e a existência de leis produtoras de efeitos jurídicos sobre atos pretéritos (art. 106, I e II, CTN).....	191
3.1	A lei interpretativa como produtora de efeito jurídico sobre atos pretéritos .....	193
3.1.1	A Lei Complementar n. 118/2005: a pretendida interpretação retroativa de lei interpretativa .....	198
3.2	A lei benigna como produtora de efeito jurídico sobre atos pretéritos .....	202
3.2.1	“Ato não definitivamente julgado”: a condição à aplicação dos efeitos pretéritos à lei mais benigna.....	206
3.2.2	Observações complementares quanto à retroação da lei mais branda .....	209
4	Análise do princípio da irretroatividade tributária, à luz do art. 144, §§ 1º e 2º, do CTN .....	211
4.1	Análise do art. 144, § 1º, CTN.....	211
4.1.1	O princípio da irretroatividade tributária e a Lei n. 10.174/2001.....	214
4.2	Análise do art. 144, § 2º, CTN.....	215
5	O fato gerador pendente e a Súmula n. 584 do STF, perante o princípio da irretroatividade tributária .....	216
5.1	A Súmula n. 584 perante o STF e o STJ.....	222
5.1.1	A defesa da Súmula n. 584 no STF.....	223
5.1.1.1	A crítica à Súmula n. 584 no próprio STF .....	225
5.1.2	O ataque à Súmula n. 584 no STJ.....	226
<b>6</b>	<b>PRINCÍPIO DA VEDAÇÃO AO CONFISCO .....</b>	<b>229</b>
1	Introdução.....	229
2	Breve relato histórico .....	230
3	O confisco na tradição jurídica brasileira .....	231
4	O confisco tributário: o conceito .....	233
4.1	O confisco tributário e o princípio da capacidade contributiva..	233
4.2	O confisco tributário e o direito de propriedade .....	235
5	O princípio da vedação ao confisco no texto constitucional.....	237
5.1	O princípio da vedação ao confisco: o destinatário do postulado ..	238
5.2	O princípio da vedação ao confisco: o efeito “de confisco” no tributo .....	239
5.3	O princípio da vedação ao confisco: a carga tributária total....	241
6	O princípio da vedação ao confisco perante as espécies tributárias ...	242
6.1	O princípio da vedação ao confisco e os impostos .....	243
6.2	O princípio da vedação ao confisco e as taxas.....	244
6.3	O princípio da vedação ao confisco e as contribuições de melhoria .....	245

6.4	O princípio da vedação ao confisco e os empréstimos compulsórios.....	245
6.5	O princípio da vedação ao confisco e as contribuições .....	246
7	O princípio da vedação ao confisco e as multas .....	246
8	A razoabilidade e a proporcionalidade: limites ao confisco tributário..	250
9	O princípio da vedação ao confisco e o projeto de lei complementar (PLC) n. 168/89.....	253
10	Entendimento conclusivo.....	254
<b>7</b>	<b>PRINCÍPIO DA NÃO LIMITAÇÃO AO TRÁFEGO DE PESSOAS E BENS E A RESSALVA DO PEDÁGIO .....</b>	<b>255</b>
1	Considerações iniciais.....	255
2	Análise dos pedágios .....	257
2.1	O pedágio na tradição jurídica brasileira .....	259
2.2	A análise do pressuposto fático do pedágio: o uso da via conservada pelo Poder Público .....	260
2.3	A análise da feição tributária do pedágio .....	261
2.3.1	A base de cálculo do pedágio-taxa .....	263
2.3.2	A utilização potencial do serviço público perante o pedágio-taxa .....	263
2.3.3	O selo-pedágio: um exemplo de pedágio-taxa .....	264
2.4	A análise da suposta feição não tributária do pedágio.....	265
2.5	O pedágio: requisitos para a taxação ou tarifação .....	266
2.6	O pedágio e a lesão ao direito à locomoção diante da inexistência de via alternativa .....	268
<b>8</b>	<b>OUTROS PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS TRIBUTÁRIOS.....</b>	<b>271</b>
1	O princípio da uniformidade geográfica .....	271
2	Princípio da isonômica tributação da renda nos títulos da dívida pública e nos vencimentos dos funcionários públicos .....	274
3	Princípio da proibição das isenções heterônomas .....	275
4	Princípio da não discriminação baseada em procedência ou destino .....	279
<b>9</b>	<b>IMUNIDADES GERAIS E RECÍPROCA .....</b>	<b>281</b>
1	Introdução .....	281
2	A imunidade e a isenção .....	285
3	A imunidade e a exoneração das espécies tributárias .....	287
4	Análise das alíneas do inciso VI do art. 150 da CF.....	288
4.1	Imunidade das entidades políticas.....	291
4.1.1	Considerações iniciais.....	291
4.1.2	Imunidade das entidades autárquicas e fundacionais.....	295



4.1.3	A imunidade recíproca e os impostos indiretos.....	305
4.1.3.1	A aquisição de bens por entidades imunes e os impostos indiretos.....	307
4.1.4	Análise do art. 150, § 3º, da Carta Magna .....	311
4.1.5	Imunidade tributária de cartórios e tabelionatos.....	314
<b>10</b>	<b>IMUNIDADE DOS TEMPLOS RELIGIOSOS.....</b>	<b>319</b>
1	Considerações iniciais.....	319
2	O laicismo no Brasil.....	321
3	A imunidade religiosa e os impostos .....	322
4	A imunidade religiosa e os conceitos de <i>culto</i> e <i>templo</i> .....	323
5	A imunidade religiosa e o art. 150, § 4º, CF .....	326
5.1	O art. 150, § 4º, parte inicial, da CF: a desoneração para impostos sobre o patrimônio, a renda e os serviços .....	326
5.2	O art. 150, § 4º, parte final, da CF: a relação com as finalidades essenciais da entidade imune .....	327
6	Imunidade religiosa: temas relevantes .....	333
6.1	A imunidade religiosa e os tributos indiretos .....	333
6.2	A imunidade religiosa e os cemitérios .....	334
6.3	A imunidade religiosa e as lojas maçônicas.....	336
7	Imunidade religiosa: uma análise crítica .....	338
<b>11</b>	<b>IMUNIDADES NÃO AUTOAPLICÁVEIS.....</b>	<b>341</b>
1	Considerações iniciais.....	341
2	Estudo das imunidades constantes da alínea “c” .....	346
2.1	Imunidade dos partidos políticos .....	347
2.2	Imunidade dos sindicatos de empregados .....	348
2.3	Imunidade das instituições de educação .....	348
2.4	Imunidade das entidades de assistência social .....	350
2.4.1	A assistência social e as entidades fechadas de previdência social privada.....	351
2.4.2	A assistência social e as entidades promotoras da integração no mercado de trabalho.....	353
3	Estudo complementar da alínea “c”.....	354
3.1	Confronto entre o art. 150, VI, “c”, parte final, da CF e o art. 14 do CTN .....	354
<b>12</b>	<b>IMUNIDADE DE IMPRENSA.....</b>	<b>361</b>
1	Considerações iniciais.....	361
1.1	Análise do livro – um veículo de pensamento .....	363
1.1.1	A imunidade de imprensa e a publicação eletrônica .....	365
1.2	Análise do jornal – um veículo de pensamento .....	368

1.3	Análise do periódico – um veículo de pensamento .....	369
1.4	Análise do papel destinado a impressão – um insumo .....	371
<b>13</b>	<b>SISTEMA TRIBUTÁRIO NACIONAL .....</b>	<b>375</b>
1	Definição de tributo .....	375
1.1	A prestação pecuniária .....	376
1.2	A prestação compulsória .....	377
1.3	A prestação diversa de sanção .....	378
1.4	A prestação instituída por lei .....	379
1.5	A prestação cobrada por lançamento .....	380
2	Competência tributária .....	381
2.1	Competência tributária e capacidade tributária ativa .....	382
2.2	Detalhando a classificação da competência tributária .....	384
2.2.1	Competência privativa .....	384
2.2.2	Competência comum .....	385
2.2.3	Competência cumulativa .....	386
2.2.4	Competência especial .....	387
2.2.5	Competência residual .....	388
2.2.6	Competência extraordinária .....	390
<b>14</b>	<b>ESPÉCIES DE TRIBUTOS E IMPOSTOS .....</b>	<b>395</b>
1	Considerações iniciais .....	395
1.1	Impostos .....	400
1.1.1	O princípio da não afetação e os impostos .....	403
1.1.2	Os impostos e a privatividade das competências .....	406
1.1.3	Classificação dos impostos .....	408
a)	Impostos <i>Diretos e Indiretos</i> .....	408
b)	Impostos <i>Pessoais e Reais</i> .....	409
c)	Impostos <i>Fiscais e Extrafiscais</i> .....	409
d)	Impostos divididos segundo a classificação imposta pelo CTN ....	409
e)	Impostos <i>Progressivos, Proporcionais e Seletivos</i> .....	410
<b>15</b>	<b>TAXA .....</b>	<b>413</b>
1	O fato gerador .....	413
1.1	Análise da taxa de polícia .....	416
1.2	Análise da taxa de serviço .....	420
2	Informações complementares sobre taxas .....	428
2.1	A base de cálculo nas taxas .....	428
2.2	O confronto “taxa <i>versus</i> tarifa” .....	440
<b>16</b>	<b>CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA .....</b>	<b>445</b>
1	Evolução histórica .....	445





2	Considerações iniciais.....	447
3	O fato gerador .....	450
4	O sujeito passivo .....	457
5	A base de cálculo do tributo .....	460
5.1	A base de cálculo e os dois modelos de cobrança – o “americano” e o “alemão” .....	461
5.2	A base de cálculo e os limites de cobrança .....	462
a)	Limite total (ou global) .....	462
b)	Limite individual .....	463
c)	Análise conjunta dos limites .....	464
6	Requisitos mínimos para a instituição .....	468
<b>17</b>	<b>EMPRÉSTIMO COMPULSÓRIO .....</b>	<b>471</b>
1	Evolução histórica.....	471
2	As teorias explicativas sobre a natureza jurídica do empréstimo compulsório: contrato ou tributo .....	473
2.1	A autonomia do empréstimo compulsório.....	476
3	O tributo e a lei complementar .....	478
4	Tributo e a competência para sua instituição.....	479
5	Tributo e os conceitos necessários à compreensão de seus pressupostos fáticos .....	480
6	Empréstimo compulsório e o princípio da anterioridade tributária ...	483
6.1	O empréstimo compulsório e os demais princípios constitucionais tributários .....	485
7	O fato gerador .....	486
7.1	Análise do art. 15 do CTN.....	488
8	Análise do parágrafo único do art. 148 da CF .....	489
9	A devolução do valor compulsoriamente mutuado.....	490
<b>18</b>	<b>CONTRIBUIÇÕES.....</b>	<b>495</b>
1	A feição tributária .....	495
2	As contribuições e os princípios tributários.....	499
3	O conceito de contribuições para-fiscais ou especiais.....	501
4	Estudo das contribuições de interesse das categorias profissionais ou econômicas.....	504
4.1	Contribuição-anuidade .....	504
4.2	Contribuição sindical .....	504
4.3	Questões relevantes sobre as contribuições profissionais ou corporativas.....	508
a)	Há uma bitributação no confronto “contribuição-anuidade versus contribuição sindical”? .....	508
b)	O que é a chamada “contribuição assistencial”? Confunde-se com a contribuição confederativa? .....	508



c)	As contribuições para os serviços sociais autônomos (sistema “S”) são contribuições corporativas?.....	509
d)	As anuidades cobradas pela OAB são contribuições corporativas?.....	511
5	Estudo das contribuições de intervenção no domínio econômico ....	513
5.1	CIDE-Combustíveis.....	515
5.2	CIDE-Royalties .....	516
5.3	Outras contribuições de intervenção no domínio econômico (CIDEs) .....	517
6	Estudo das Contribuições Sociais .....	518
6.1	As contribuições sociais gerais .....	520
6.2	As contribuições de seguridade social .....	523
a)	1ª fonte de custeio da seguridade social: o importador.....	529
b)	2ª fonte de custeio: a receita de loterias .....	530
c)	3ª fonte de custeio: o trabalhador .....	531
d)	4ª fonte de custeio: o empregador e a empresa .....	532
d.1	Contribuição Social Patronal sobre a Folha de Pagamentos .....	533
d.2	Contribuição ao PIS/PASEP .....	534
d.3	Contribuição sobre o Lucro Líquido (CSLL).....	535
d.4	Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS).....	536
6.3	As “outras” contribuições sociais.....	536
6.4	Estudo complementar das contribuições .....	538
a)	Breve análise da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF) .....	538
b)	Análise da contribuição para o serviço de iluminação pública (COSIP).....	539
c)	Análise da contribuição para o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) e sua natureza não tributária.....	542
7	O Simples Federal e o Simples Nacional.....	544
8	Repartição tributária das receitas.....	548
8.1	Transferências <i>diretas</i> feitas da União para os Estados e Distrito Federal .....	549
8.2	Transferências <i>diretas</i> feitas da União para os Municípios ...	552
8.3	Transferências <i>diretas</i> feitas dos Estados-Membros para os Municípios .....	556
8.4	Análise final da repartição das receitas tributárias.....	560
8.5	Transferências <i>indiretas</i> – estudo dos Fundos Especiais.....	560
19	<b>FONTES DO DIREITO TRIBUTÁRIO.....</b>	<b>567</b>
1	Considerações iniciais.....	567
2	Fontes formais do Direito Tributário .....	569



2.1	Fontes formais principais .....	574
2.1.1	Constituição Federal .....	574
2.1.2	Emenda à Constituição Federal.....	575
2.1.3	Lei Ordinária .....	576
2.1.4	Decreto .....	581
2.1.5	Lei Delegada .....	583
2.1.6	Medida Provisória.....	584
2.1.7	Decreto Legislativo.....	588
2.1.8	Resolução.....	589
2.1.9	Tratados e Convenções Internacionais .....	592
2.1.9.1	A nova concepção dos tratados conforme posição do STF .....	598
2.1.10	Lei Complementar .....	601
3	Fontes formais secundárias do Direito Tributário ou Normas Complementares.....	617
3.1	Inciso I: Atos normativos expedidos pelas autoridades administrativas.....	619
3.2	Inciso II: Decisões com eficácia normativa .....	620
3.3	Inciso III: Práticas reiteradas das autoridades administrativas ..	621
3.4	Inciso IV: Convênios celebrados pelas entidades impositoras...	623
3.4.1	Convênios do ICMS.....	624
3.5	Parágrafo único do art. 100 do CTN .....	627
<b>20</b>	<b>VIGÊNCIA, APLICAÇÃO, INTERPRETAÇÃO E INTEGRAÇÃO DA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA.....</b>	<b>629</b>
1	Vigência da legislação tributária.....	629
1.1	Vigência da legislação tributária no tempo .....	630
1.2	A vigência e o princípio da anterioridade tributária .....	634
1.3	A vigência da legislação tributária no espaço .....	640
2	Aplicação da legislação tributária.....	641
2.1	A aplicação da nova lei tributária aos fatos pendentes .....	642
2.2	A retroatividade da lei tributária .....	644
3	Interpretação da legislação tributária .....	648
3.1	A interpretação e suas classificações .....	650
3.2	Utilização de princípios gerais do direito privado .....	654
3.3	Interpretação econômica .....	659
3.4	Interpretação literal .....	661
3.5	Interpretação benigna.....	663
4	Integração da Legislação Tributária.....	664
4.1	Analogia .....	665
4.1.1	Analogia e o princípio da legalidade .....	666
4.2	Princípios gerais de direito tributário.....	667
4.3	Princípios gerais de direito público .....	668
4.4	Equidade .....	668

<b>21</b>	<b>RELAÇÃO JURÍDICO-TRIBUTÁRIA .....</b>	<b>671</b>
1	A hipótese de incidência .....	671
2	O fato gerador .....	672
3	Obrigação tributária .....	678
3.1	Sujeito ativo .....	678
3.2	Sujeito passivo .....	682
3.3	Objeto da obrigação tributária.....	686
3.4	Causa .....	688
4	Domicílio tributário.....	689
<b>22</b>	<b>RESPONSABILIDADE TRIBUTÁRIA .....</b>	<b>695</b>
1	Conceitos introdutórios .....	695
1.1	Conceito: contribuinte <i>versus</i> responsável .....	697
1.2	Conceito: responsabilidade pessoal <i>versus</i> responsabilidade subsidiária .....	700
1.3	Conceito: responsabilidade por substituição <i>versus</i> responsabilidade por transferência.....	702
2	Responsabilidade de devedores solidários .....	709
3	Responsabilidade de devedores sucessores .....	713
3.1	1ª hipótese: art. 130 do CTN.....	715
3.2	2ª hipótese: art. 131, I, II e III, do CTN.....	717
3.3	3ª hipótese: art. 132 do CTN.....	722
3.4	4ª hipótese: art. 133 do CTN.....	726
4	Responsabilidade de terceiros devedores.....	731
4.1	Art. 134 do CTN: responsabilidade de terceiro com atuação regular .....	732
4.2	Art. 135 do CTN: responsabilidade de terceiro com atuação irregular .....	737
5	Responsabilidade por infrações.....	744
a)	Responsabilidade objetiva: conceito.....	744
b)	Responsabilidade pessoal do agente .....	746
b.1)	Inciso I: infrações tributárias como crimes ou contravenções .....	747
b.2)	Inciso II: infrações tributárias com o dolo específico (elementar) .....	748
b.3)	Inciso III: infrações que decorram de dolo específico .....	748
6	Denúncia espontânea .....	749
<b>23</b>	<b>CRÉDITO TRIBUTÁRIO .....</b>	<b>757</b>
1	Considerações iniciais.....	757
2	O lançamento .....	758

2.1	O conceito de lançamento.....	758
2.2	Questões pontuais sobre lançamento .....	759
2.3	Revisão de lançamento .....	764
a)	O lançamento revisível.....	764
a.1)	Detalhamento do art. 149 do CTN.....	766
b)	O lançamento revisível: análise do art. 146 do CTN.....	770
2.4	Modalidades de Lançamento .....	771
2.5	Análise da técnica do arbitramento .....	778
3	Crédito tributário e decadência.....	781
3.1	Considerações iniciais .....	781
3.2	A Decadência no CTN: visão geral .....	784
3.3	A Decadência no CTN: análise do art. 173, I .....	786
3.4	A Decadência no CTN: análise do art. 150, § 4º .....	787
3.5	A Decadência na visão do STJ: a cumulação de prazos .....	791
3.6	A Decadência no CTN e a anulação do lançamento anterior....	795
3.7	A Decadência no CTN e a medida preparatória de lançamento..	797
3.8	A Decadência e a lei complementar.....	798
3.9	A Decadência e o prazo decenal das contribuições sociais....	799
4	Crédito tributário e prescrição .....	801
4.1	Considerações iniciais .....	801
4.2	O termo <i>a quo</i> da contagem da prescrição.....	805
4.3	A prescrição e a dívida ativa .....	808
4.4	A prescrição e os lançamentos por homologação .....	808
4.5	A prescrição e as causas de interrupção.....	813
4.6	A prescrição e outros temas .....	822
<b>24</b>	<b>SUSPENSÃO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO .....</b>	<b>825</b>
1	Considerações iniciais.....	825
2	Moratória.....	833
3	Depósito do montante integral .....	840
4	Reclamações e recursos administrativos.....	844
4.1	O depósito recursal na órbita administrativa.....	846
5	Concessão de liminar em mandado de segurança e de tutela antecipada em outras ações .....	851
6	Parcelamento.....	854
<b>25</b>	<b>EXTINÇÃO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO .....</b>	<b>859</b>
1	Considerações iniciais.....	859
2	Pagamento.....	860
2.1	Consulta tributária .....	862
2.2	A restituição de pagamento indevido ou a maior e o prazo prescricional.....	863
3	Compensação .....	871

4	Transação .....	874
5	Remissão .....	875
6	Decadência e prescrição .....	876
7	Conversão do depósito em renda .....	876
8	Pagamento antecipado e a homologação do lançamento .....	876
9	Consignação em pagamento julgada procedente .....	877
10	Decisão administrativa irreformável .....	878
11	Decisão judicial passada em julgado .....	879
12	Dação em pagamento .....	879
<b>26</b>	<b>EXCLUSÃO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO .....</b>	<b>881</b>
1	Considerações iniciais .....	881
2	Estudo da isenção .....	885
2.1	Isenção: a incidência ou a não incidência da norma .....	885
2.2	A revogação da lei isentiva .....	889
2.2.1	A revogação da lei isentiva e o princípio da anterioridade tributária .....	891
2.3	A isenção e o princípio da legalidade tributária .....	893
2.4	A isenção e os tributos bilaterais .....	897
3	Estudo da anistia .....	898
4	Síntese conclusiva .....	902
<b>27</b>	<b>ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA E DISPOSIÇÕES FINAIS DO CTN .....</b>	<b>905</b>
1	Considerações iniciais .....	905
2	Fiscalização .....	908
3	Dívida ativa .....	923
a)	O nome do devedor .....	927
b)	O montante exequível .....	928
c)	A origem e o fundamento legal .....	930
d)	A data da inscrição .....	931
e)	A menção ao processo administrativo .....	931
f)	A indicação do livro e da folha da inscrição .....	932
4	Certidão negativa .....	938
5	Disposições finais e transitórias do CTN .....	947
<b>28</b>	<b>GARANTIAS E PRIVILÉGIOS DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO .....</b>	<b>951</b>
1	Considerações iniciais .....	951
2	Natureza da garantia do crédito tributário .....	952
3	Ponto de desequilíbrio na relação jurídico-tributária .....	953
4	Os bens inalcançáveis pela execução do crédito tributário .....	955
5	Momento de caracterização da fraude à execução fiscal .....	958
5.1	A reserva de bens ou rendas para pagamento da dívida .....	960

6	Preferências ou privilégios do crédito tributário.....	963
7	Da quitação de tributos .....	977

**29 IMPOSTOS MUNICIPAIS ..... 981**

1	Estudo do IPTU .....	981
1.1	Competência e sujeito ativo .....	981
1.2	Sujeito passivo.....	981
1.3	Fato gerador .....	982
1.3.1	Elementos espacial e temporal do fato gerador.....	984
1.4	Base de cálculo .....	984
1.5	Alíquotas .....	985
1.6	Notas gerais .....	989
2	Estudo do ISS .....	990
2.1	Competência e sujeito ativo .....	990
2.2	Sujeito passivo.....	990
2.3	Fato gerador .....	991
2.3.1	Conceitos de produtos industrializados, mercadorias e serviços.....	991
2.4	Base de cálculo .....	993
2.5	Alíquota .....	993
2.6	Notas gerais .....	994
3	Estudo do ITBI.....	998
3.1	Competência e sujeito ativo .....	998
3.2	Sujeito passivo.....	999
3.3	Fato gerador .....	999
3.3.1	Elementos espacial e temporal do fato gerador.....	999
3.4	Base de cálculo .....	1001
3.5	Alíquotas .....	1001
3.5.1	ITBI e progressividade .....	1001
3.6	Notas gerais .....	1002

**30 IMPOSTOS ESTADUAIS.....1005**

1	Estudo do ICMS.....	1005
1.1	Competência e sujeito ativo .....	1005
1.2	Sujeito passivo.....	1006
1.3	Fato gerador .....	1007
1.3.1	Circulação de mercadoria.....	1007
1.3.2	Serviços de transporte interestadual e intermunicipal...	1009
1.3.3	Serviços de comunicação.....	1010
1.4	Base de cálculo .....	1011
1.5	Alíquotas .....	1011
1.6	Notas gerais .....	1015
1ª nota	.....	1024

2ª nota .....	1025
3ª nota .....	1025
4ª nota .....	1026
5ª nota .....	1027
2 Estudo do IPVA .....	1030
2.1 Competência e sujeito ativo .....	1030
2.2 Sujeito passivo.....	1031
2.3 Fato gerador.....	1031
2.3.1 Veículo automotor.....	1031
2.3.2 Aeronaves <i>versus</i> IPVA .....	1031
2.4 Elemento temporal do fato gerador.....	1033
2.5 Base de cálculo .....	1033
2.6 Alíquota.....	1033
2.7 Notas gerais.....	1034
3 Estudo do ITCMD .....	1035
3.1 Competência tributária e sujeito ativo .....	1035
3.2 Sujeito passivo.....	1036
3.3 Fato gerador.....	1036
3.4 Elementos <i>espacial e temporal</i> do fato gerador.....	1037
3.5 Base de cálculo .....	1038
3.6 Alíquotas .....	1038
3.7 Notas gerais.....	1039
<b>31 IMPOSTOS FEDERAIS .....</b>	<b>1041</b>
1 Estudo do ITR .....	1041
1.1 Competência e sujeito ativo .....	1041
1.2 Sujeito passivo.....	1042
1.3 Fato Gerador .....	1042
1.3.1 Conceito de bem imóvel.....	1043
1.3.2 Conceito de zona rural.....	1043
1.3.3 Áreas de expansão urbana .....	1044
1.3.4 Elementos temporal e espacial do fato gerador.....	1044
1.4 Base de Cálculo .....	1045
1.5 Alíquotas .....	1045
1.6 Notas gerais.....	1046
2 Estudo do IOF .....	1050
2.1 Competência e sujeito ativo .....	1050
2.2 Sujeito passivo.....	1051
2.3 Fato gerador .....	1051
2.4 Base de cálculo .....	1053
2.5 Alíquotas .....	1054
2.6 Princípio da legalidade e extrafiscalidade .....	1054
2.7 Notas gerais.....	1057



3	Estudo do II .....	1058
3.1	Competência e sujeito ativo .....	1059
3.2	Sujeito passivo.....	1059
3.3	Fato gerador .....	1059
3.4	Base de cálculo .....	1061
3.5	Alíquotas .....	1061
3.6	Notas gerais .....	1062
4	Estudo do IE .....	1064
4.1	Competência e sujeito ativo .....	1064
4.2	Sujeito passivo.....	1064
4.3	Fato gerador .....	1064
4.4	Base de cálculo .....	1065
4.5	Alíquotas .....	1066
4.6	Notas gerais .....	1067
5	Estudo do IPI.....	1067
5.1	Competência e sujeito ativo .....	1067
5.2	Sujeito passivo.....	1068
5.3	Fato gerador .....	1069
5.3.1	Conceito de industrialização .....	1070
5.4	Base de cálculo .....	1071
5.5	Alíquotas .....	1072
5.6	Notas gerais .....	1072
6	Estudo do IR.....	1078
6.1	Competência e sujeito ativo .....	1079
6.2	Sujeito passivo.....	1079
6.3	Fato gerador .....	1079
6.3.1	Definição de renda e proventos de qualquer natureza.....	1079
6.4	Base de cálculo .....	1081
6.4.1	Conceito de patrimônio.....	1081
6.5	Alíquotas .....	1082
6.6	Notas gerais .....	1084
<b>32</b>	<b>O PROCESSO JUDICIAL TRIBUTÁRIO .....</b>	<b>1089</b>
1	Considerações iniciais.....	1089
2	Dos direitos e das garantias constitucionais .....	1090
3	O processo conforme o tipo de provimento .....	1092
4	Ação declaratória de inexistência de relação jurídico-tributária... 1095	
4.1	Embasamento .....	1095
4.2	Finalidade.....	1096
4.3	Particularidades .....	1097
4.4	Ação declaratória de inexistência de relação jurídico-tributária com pedido de tutela antecipada: uma apresentação simplificada da petição inicial .....	1098

5	Ação anulatória de débito fiscal .....	1099
5.1	Embasamento .....	1099
5.2	Finalidade .....	1099
5.3	Particularidades .....	1100
5.4	Ação anulatória de débito fiscal com pedido de tutela antecipada: uma apresentação simplificada da petição inicial .....	1101
6	Mandado de segurança .....	1101
6.1	Embasamento .....	1102
6.2	Finalidade .....	1102
6.3	Particularidades .....	1103
6.4	O mandado de segurança com pedido de liminar: uma apresentação simplificada da petição inicial .....	1105
7	Ação de repetição de indébito .....	1106
7.1	Embasamento e finalidade .....	1106
7.2	Particularidades .....	1107
7.3	Ação de repetição de indébito: uma apresentação simplificada da petição inicial .....	1112
8	Ação de consignação em pagamento .....	1113
8.1	Conceito .....	1113
8.2	Hipóteses e fundamentos .....	1113
8.3	Efeitos da ação .....	1114
8.4	Casos obstativos da ação .....	1115
8.5	Particularidades .....	1117
8.6	Ação de consignação em pagamento: uma apresentação simplificada da petição inicial .....	1120
9	Embargos à Execução Fiscal .....	1120
9.1	Embasamento .....	1120
9.2	Particularidades .....	1121
9.3	Embargos à Execução Fiscal: uma apresentação simplificada da petição inicial .....	1129
<b>REFERÊNCIAS .....</b>		<b>1131</b>
<b>APÊNDICE – Linha do tempo .....</b>		<b>1145</b>